



Projeto Jogo Limpo: uma experiência local de educomunicação para o meio ambiente¹

Felipe Gustavo Guimarães SALDANHA²
Adriana Cristina Omena dos SANTOS e
Mirna TONUS³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

O texto aborda a inter-relação entre comunicação e educação, que se aproximaram e constituíram uma forma eficiente de levar conhecimento e informação à sociedade, e o conceito de meio ambiente, uma vez que a temática ambiental ganhou importância e passou a integrar as ações do cotidiano. Apresenta, neste sentido, informações sobre o Projeto Jogo Limpo, experiência desenvolvida nas escolas públicas de Uberlândia, MG, que une os dois acontecimentos ao levar noções de preservação do ambiente a crianças e jovens. O sucesso da prática motivou a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a incluir sua continuidade em um projeto de extensão, desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Comunicação Social e Pedagogia.

PALAVRAS-CHAVE: educação; comunicação; meio ambiente; escolas públicas; universidade.

INTRODUÇÃO

A mídia detém um papel decisivo na sociedade, ao transmitir informações em tempo real e exercer notável influência sobre as mais variadas decisões. Do destino da economia de um país ao destino da viagem de uma família, quase nenhuma ação séria pode ser definida hoje sem uma consulta aos periódicos, sites e programas de televisão disponibilizados e renovados diariamente. O avanço tecnológico permitiu maior propagação destes meios de comunicação, mesmo que sua democratização total ainda seja um sonho distante.

Entre os assuntos tratados nas pautas jornalísticas, um que tem se destacado é o relativo ao meio ambiente. A sensibilização cada vez maior da população à importância de se viver em um ambiente limpo e preservado, a consciência de que a humanidade divide o planeta com milhões de outras espécies e o agravamento de problemas como as

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFU, email: felipe@opa.org.br

³ Orientadoras do trabalho. Professoras do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFU, emails: omena@faced.ufu.br e mirna@faced.ufu.br



mudanças climáticas e o desmatamento não permitiram com que as redações ficassem passivas diante do tema.

Tocar o povo quanto a estes pontos não é, entretanto, obra exclusiva das grandes mídias, mas sim de um trabalho de educação ambiental que repercute ações iniciadas desde, especialmente, a segunda metade do século XX. Este trabalho desempenha uma função de destaque na sociedade, pois, segundo Mergulhão e Vasaki (2002, p. 15), “lida com o potencial das pessoas para entender e transformar o meio ao seu redor”.

As autoras são muito bem-sucedidas ao fazer uma análise que conjuga a educação ambiental e a comunicação. Para elas, “quanto mais diversificada for a forma educativa de comunicação, melhores serão os resultados” (p. 22). No entanto, elas alertam que a sobrecarga de informações pode confundir os receptores do conteúdo:

Na televisão, notícias sobre a destruição da camada de ozônio, a chuva ácida, as queimadas, o desmatamento. Isto tudo, se não for bem trabalhado, gera uma onda de pessimismo muito séria. Quantas vezes ouvimos pessoas falarem: “Estão destruindo a natureza, poluindo tudo, fazer o que né?” (MERGULHÃO; VASAKI, 2002, p. 24).

Se a sensação de impotência é generalizada, da mesma forma a crença de que as ações individuais terão resultado nulo, dada a dimensão do problema ambiental, é disseminada. A situação abordada aqui demonstra o cuidado que é preciso ao combinar os campos de educação, comunicação e ecologia, mas, ao mesmo tempo, revela a força da conscientização resultante da fusão destes elementos.

Para entender melhor como as experiências neste aspecto têm ocorrido no passado e no presente, faz-se necessário uma retomada, mostrando o amadurecimento do movimento socioambiental e a criação de uma nova área, a educomunicação.

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: EDUCOMUNICAÇÃO

Durante a Modernidade, prevalecia na sociedade um modelo de educação formal que visualizava o aluno como um simples receptor de conhecimentos previamente selecionados pela escola. Segundo Durkheim (1990, p. 391), a educação meramente consistia “num esforço contínuo para impor à criança maneira de ver, de sentir e de agir”. Soares (2000) revela que, nessa época, ela foi separada da comunicação de tal forma que ambas passaram a exercer funções distintas e neutras entre si. Apenas séculos mais tarde essa divisão começaria a se dissolver, a partir dos estudos de filósofos na América Latina.



O “desencanto” com os ideais iluministas que sustentavam o pensamento moderno, no entanto, levaria à formação de uma nova cultura, chamada de Pós-Modernidade. Para Soares (2009), o papel ocupado pela educação como mantenedora da ordem foi substituído pela comunicação. A hegemonia da razão deu lugar à busca pela retomada da sensibilidade. As escolas – centralizadoras, autorizadas e subordinadas ao Estado – perderam importância para a comunicação de massa – aberta, desrespeitosa e a serviço do público –, com a qual a população passou a se identificar mais.

Nas décadas que antecederam a virada do milênio, tanto a educação quanto a comunicação precisaram se reinventar. Mais especificamente no Brasil, a principal motivação foi o surgimento de movimentos populares pela cidadania, a partir dos anos 1970. Exigiam que a primeira valorizasse mais a realidade – e menos as teorias – e que a segunda abrisse “mais espaço para a transmissão de mensagens de interesse menos mercantis e mais comunitários” (SOARES, 2009, p. 3).

O mesmo autor afirma que, especialmente a partir da década de 1980, as ONGs, organizações não-governamentais, exerceram importante influência nesse processo, contribuindo para motivar o voluntariado. À medida que se aproximaram da comunidade, fortaleceram a educação informal. Assim, surgia o campo para uma nova área, que nascia da inter-relação da comunicação com a educação, em um momento no qual ambas eram vistas pela sociedade como igualmente fundamentais para a formação do indivíduo: a educomunicação.

Do lado dos educadores, a pergunta que inaugura esta aproximação é colocada por Guitiérrez (1996), citado por Soares (2000, p. 17): “Para que educar na era da informação?”. A resposta passa pela readequação da escola ao novo contexto. Para Jacquinot, também citado por Soares (2009, p. 5), “a escola é uma instituição ao mesmo tempo educativa, social e política”. Precisa, portanto, em primeiro lugar, superar os preconceitos embutidos pela sociedade: mais precisamente, que o ensino público está sucateado e o ensino particular está demasiadamente mercantilizado (uma das qualificações populares que pairam sobre as escolas privadas é que “preparam para o vestibular e não para a vida”). Em segundo lugar, reconhecer que os seus alunos estão impregnados de saber midiático, adquirido principalmente pela televisão, e que não está vinculado ao saber escolar.

Diante deste desafio, restam aos professores quatro opções: ignorar a influência dos meios, introduzi-los sem a preocupação de explicá-los, explicá-los sem a preocupação de contextualizá-los ou utilizar a educomunicação. Esta última parte do



fato de que os estudantes também estão levando novos conhecimentos à sala de aula. Portanto, não se trata mais de meramente transmitir-lhes conhecimentos. É preciso capacitá-los para entender o que estão recebendo: mediar essa apreensão de novos dados. O aluno, agora, é visualizado como protagonista. O mais importante não é simplesmente receber, mas construir o significado sobre a informação.

Do lado dos comunicadores, foi preciso quebrar paradigmas. De acordo com Soares (2009), por volta dos anos 1940, reduzia-se o conhecimento à informação e a comunicação a um processo unidirecional, o que gerou ferrenhas críticas de sociólogos, especialmente dos ligados à escola de Frankfurt. Segundo Adorno e Horkheimer, citados por Crespo (2000), vinculados àquele grupo, a indústria cultural – termo cunhado porque os meios de comunicação em massa “funcionavam como uma verdadeira indústria de produtos culturais” (p. 206) – “tem como único objetivo a dependência e a alienação dos homens” (p. 207) e estimula o imobilismo.

Só a partir de 1980 a comunicação reconheceu que o espectador também é responsável pela construção das mensagens e, de forma análoga ao que aconteceu com a educação, percebeu que seu papel passa de transmissora a mediadora. Isso se dá pela interação do receptor/co-construtor com outros atores e com o contexto que o cerca.

O *boom* tecnológico que ocorreu no fim do século XX fortaleceu esse cenário, disponibilizando ferramentas que, para Rodrigues (2009, p. 4), “devem ser usadas para melhorar a performance de todos”. A autora alerta, entretanto, que “a tecnologia apenas contribui para a aprendizagem, mas não é a responsável por esse processo”. Soares (2000, p. 19), citando Gomez, completa: “a comunicação é vista como um componente do processo educativo e não através do recorte do ‘messianismo tecnológico’”.

Pouco a pouco, surgiram linhas de pesquisa unindo a educação e a comunicação. Entre 1982 e 1984, no então Instituto Metodista de Ensino Superior, hoje UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), Onésimo de Oliveira Cardoso coordenava uma linha de pesquisa denominada Comunicação e Educação, visando “à análise dos diferentes posicionamentos teóricos que tratam os fenômenos didático-pedagógicos à luz da comunicação e o desenvolvimento de princípios teóricos, com fundamentação prática” (MELO, 1983, p. 197).

Com a convergência de objetivos entre os campos da comunicação e da educação, torna-se possível desconstruir o argumento lançado pelos críticos da nova inter-relação, a saber, que ambos “jamais poderiam integrar-se, sob a suspeita de estarem perdendo sua identidade e razão de ser” (GARCIA apud SOARES, 2000, p.



19). Finalmente “a Educomunicação se apresenta com autonomia: tem filosofia própria, história e reconhecimento da sociedade” (RODRIGUES, 2009, p. 2).

Ainda segundo Soares (2008, s. p.), quando o neologismo – até hoje estranhado por quem acredita que “toda comunicação deveria, por si mesma, ser adjetivada como comunicativa” – começou a ser utilizado, há cerca de duas décadas, era restrito ao sentido de identificar a educação para a comunicação, destinada a formar um senso crítico em relação à mídia. Hoje, já se consolida como “educação pela comunicação”. Vale lembrar que esta, para Freire (1976), citado por Soares (2000), introduz o diálogo no processo educativo.

O surgimento de uma nova cultura, a partir de 1960, chamada pré-figurativa, em que pela primeira vez na história se reconhece que os adultos também podem aprender com os jovens, foi decisivo para consolidar o surgimento da educomunicação, pois, a partir desse momento, procuraram-se novos modelos pedagógicos em que “os adultos ensinam não o que os jovens devem aprender, mas como devem fazê-lo; e não como devem comprometer-se, mas qual é o valor do compromisso” (SOARES, 2000, p. 21).

Esse pensamento é fundamental para que o profissional da nova área, o educador, aceite

um novo referencial para a relação educador-educando: o aluno pode ensinar ao mestre (principalmente a manipulação das novas tecnologias), os alunos podem ensinar uns aos outros (principalmente confrontando seus pontos de vista ou suas fontes de informações ou suas soluções para o problema proposto, em diálogo direto, por correio eletrônico ou fórum mediado) (SOARES, 2009, p. 10).

De acordo com o autor, o reconhecimento público da profissão de educador aconteceu em nível nacional na conclusão do Fórum Mídia e Educação, organizado em São Paulo, em 1999, que constatou “a emergência da Inter-relação Comunicação-Educação como um novo campo de intervenção social”. Dez anos depois, verifica-se que, apesar de todo o progresso, ainda há muito a avançar na disseminação da educomunicação.

A EDUCOMUNICAÇÃO E O MEIO AMBIENTE

A evolução do processo educacional acompanhou de perto e se entrelaçou com o crescimento de outro movimento social de igual importância para o século XXI: a luta socioambiental. O rápido crescimento da população e a forte pressão



sobre os recursos naturais causaram um desequilíbrio que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Como se pode constatar em Caixa (2008), a primeira mobilização em nível internacional sobre o assunto aconteceu na reunião política do Clube de Roma, em 1968, quando surgiu o conceito de produção sem poluição. Mais tarde, em 1972, foi redigida a Declaração de Estocolmo, reconhecendo a importância do meio ambiente na dimensão econômica. Em 1987, no Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, definiu-se o conceito de sustentabilidade, ou seja, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO, 1991, p. 46).

Desse momento em diante, várias outras reuniões aconteceram, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) e a Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), e muitos documentos foram elaborados, como a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto, as Metas do Milênio e a Carta da Terra, todos com intenção de sensibilizar a comunidade mundial e traçar metas concretas para a conservação e recuperação do ambiente.

No Brasil, o ambientalismo ganhou força a partir de 1980. O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi criado em 1985 e, no ano seguinte, foram fundados o Partido Verde e a ONG SOS Mata Atlântica. Também aconteceu o “Abraço à Lagoa”, idealizado por Fernando Gabeira na campanha para governador do Rio de Janeiro, quando “milhares de pessoas deram-se as mãos em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas, produzindo um dos momentos de maior força simbólica e plástica da cena política brasileira” (PERFIL, 2009). A Constituição de 1988 destaca-se abordando, pela primeira vez na história, o tema ambiental, dedicando a este o artigo 225, Capítulo VI, “Do Meio Ambiente”, TÍTULO VIII, “DA ORDEM SOCIAL”:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p. 112).

Soares (2008, s. p.) avalia como a educomunicação presta uma importante contribuição a este processo. O autor ressalta que o Ministério do Meio Ambiente adotou a educomunicação socioambiental como referência aos educadores para, assim,

suprir o que as grandes campanhas midiáticas não alcançam: transformar cada habitante do país em defensor ativo da natureza, em um sujeito capaz de empregar, de modo adequado, todos os recursos de informação disponíveis em seu espaço para mobilizar sua comunidade na defesa do ambiente e em sua revitalização.



À medida que a educação – a caminho de constituir a educomunicação – enfrenta o consumismo, também presta um grande serviço às causas ambientais. O consumo consciente é indispensável na conduta de um cidadão compromissado em reduzir seu impacto sobre o ambiente. Soares (2000, p. 17), referindo-se a Garcia-Canclini, destaca a “necessidade de o sistema educativo envolver-se – em seu confronto com a moderna produção de cultura – com o mercado, o consumo e o sistema de comunicação que o serve”. Já Rodrigues (2009, p. 3) afirma que “é preciso romper com a narrativa dominante de uma cidadania associada ao consumo”.

Outra semelhança entre a educomunicação e a ecologia já foi apontada por autores como Martín-Barbero (1999), citado por Soares (2002, p. 19): “num primeiro movimento, o que aparece como estratégico, mais que a intervenção dos meios, é a aparição de um ecossistema comunicativo que se está convertendo em algo tão vital como o ecossistema verde, ambiental”. O ecossistema comunicativo é formado quando “alunos aprendem com professores, professores aprendem com alunos, alunos aprendem com alunos, a comunidade aprende com os alunos, e assim por diante” (RODRIGUES, 2009, p. 5). Já o seu correspondente ambiental define-se como “conjunto formado por uma comunidade [parte biótica, ou seja, seres vivos em interação entre si] e pelos componentes abióticos, não-vivos, do meio (...) com os quais ela interage” (UZUNIAN; BIRNER, 2004, p. 811). Pode-se fazer um paralelo entre os fatores bióticos e os atores do meio educacional e entre os fatores abióticos e a informação, o conhecimento.

O PROJETO JOGO LIMPO

Enquanto as teorias e práticas da educomunicação e a conscientização ecológica se fortaleciam no cenário nacional, surgia em Uberlândia, interior de Minas Gerais, uma experiência local que refletia este acontecimento, ao incorporar às salas de aula elementos que ajudavam na compreensão das questões ambientais de forma lúdica e dinâmica: o Projeto Jogo Limpo (www.opa.org.br/jogolimpo), que se comprovou uma experiência de sucesso.

A história do Projeto surge com o livro-gibi “A Turma dos 5 Jovens: Temos que Fazer Algo!”, que conta as histórias dos personagens Léo, Cecília, Reggae, Strong e Matheus, cinco amigos brasileiros, jovens, que aprendem com os próprios erros e desenvolvem o amor pela natureza e a vontade de construir um mundo melhor. O livro-



gibi apresenta histórias em quadrinhos, textos, curiosidades e sites sobre os animais, as plantas, a água, o ar e o lixo. A publicação foi realizada com o apoio da Organização para a Proteção Ambiental (OPA), fundada na cidade.

No seu lançamento, em 2006, foram impressos 4.500 exemplares, que seriam distribuídos às escolas públicas e bibliotecas de Uberlândia, mas a necessidade de acompanhamento desse material foi o ponto de partida para a realização de um trabalho mais amplo, com o intuito de preparar os educadores para o trabalho com o livro, sensibilizar os alunos com noções de preservação da natureza, buscar impacto positivo na sociedade e mensurar os resultados.

Assim, com o apoio da OPA e mantendo parcerias com empresas da região e o poder público, um projeto-piloto foi desenhado na Escola Estadual Sete de Setembro, em Uberlândia, direcionado para o Ensino Fundamental. O movimento, que teve apoio da coordenação da escola, causou grande impacto na comunidade escolar, com ações de resultado concreto, proporcionando uma melhora significativa na convivência harmônica entre os alunos e o espaço escolar. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, foi apresentado a todas as escolas estaduais da região como uma experiência bem-sucedida. À época, 50 escolas foram atendidas com suporte pedagógico e entrega de Kits de Apoio ao Professor. Além do livro-gibi, os kits incluíram um DVD contendo o desenho animado “Espírito de Porco”, produzido com técnicas amadoras. Cerca de quatro mil e quinhentos estudantes foram envolvidos. A Caixa Econômica Federal também entrou como parceira, inicialmente através de uma agência local.

No ano seguinte, foram realizadas palestras e oficinas com temática ambiental e artística. As escolas participantes do Projeto promoveram diversos eventos comemorativos com a preocupação de inseri-los em um contexto sustentável real. Paralelamente, a escola do projeto-piloto foi presenteada com um estúdio cinematográfico de baixo custo, cujo objetivo foi permitir o registro das atividades e estimular a reflexão sobre as realidades do jornalismo e da comunicação.

No dia 5 de junho de 2006, Dia Mundial do Meio Ambiente, foi organizado o Encontro em prol do Meio Ambiente (EMA), marcando o primeiro aniversário do Projeto Jogo Limpo. O encontro contou com a presença de 600 crianças e jovens, professores, 100 empresários e convidados ilustres, permitindo uma rica troca de experiências entre todos os envolvidos no Projeto. Na ocasião, o prefeito de Uberlândia firmou pessoalmente, em reunião com a equipe da OPA, o compromisso de levar o projeto às escolas públicas mantidas pelo Município.



Em 2008, foi realizado um curso de capacitação para professores, patrocinado pela Caixa Econômica Federal, e a expansão para a rede municipal de ensino foi efetivada, abrangendo a 3ª e a 4ª série. Novos materiais com a marca dos 5 Jovens foram criados, incluindo setenta e cinco mil exemplares de publicações paradidáticas custeados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Três novos livros-gibis foram lançados: um sobre o Cerrado, outro com noções de matemática e outro em branco, chamado “Conte a sua história”, que propicia ao leitor uma oportunidade para exercer sua criatividade, deixando a seu cargo completá-lo. O kit distribuído às escolas passou a ser constituído, além dos livros-gibis, por DVDs, cadernos de desenho, sabonetes, quebra-cabeças, lixeiras, coletes e mudas de árvores do Cerrado.

As experiências realizadas pelo Projeto são compartilhadas na internet e já foram apresentadas em outras cidades.

A RELAÇÃO ENTRE O PROJETO JOGO LIMPO E A EDUCOMUNICAÇÃO

A introdução de ações educacionais no Projeto Jogo Limpo se deu de forma bastante prática. O fato de sua formatação ter acontecido no interior do ambiente escolar – contando com a participação ativa de alunos, professores, coordenadores, diretores – de forma sintonizada com o entorno social, além do envolvimento de empresas parceiras e do terceiro setor, permitiu ir ao encontro de necessidades reais, muitas das quais foram atendidas com tais ações, mesmo sem o conhecimento das teorias aqui abordadas.

Os objetivos do Projeto confirmam a sua proximidade com a área. Um deles, relacionado à comunicação, é “compreender as possibilidades da tecnologia da informação na representação gráfica e visual”. O Jogo Limpo também procura incentivar a criança a identificar e assumir a responsabilidade por suas ações. É o que Jacquinet (1998), citada por Soares (2009), defende: valorizar a participação ativa do aluno.

Durante todo o processo, também é estimulada a interdisciplinaridade. Assim, a educação socioambiental não é oferecida como algo estanque, separado, mas sim contextualizado, permitindo o diálogo com todas as disciplinas. Lauriti (2009) mostra a importância desta questão, defendendo a interdiscursividade e a consolidação de conceitos transdisciplinares para reconfigurar o próprio ato de educar.



Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também defendem a interdisciplinaridade e a transversalidade, questionando a visão compartimentada da realidade e buscando uma relação entre o conhecimento teórico e as questões da vida real (PCN, v. 8). Os PCNs também apresentam os temas transversais, ou desdobramentos temáticos que formam a base da interdisciplinaridade, os quais fazem parte de uma nova agenda de conteúdos adequados às novas necessidades colocadas pelo mundo atual. Entre os temas propostos para o ciclo de 5ª a 8ª série está “meio ambiente”. Rodrigues (2009, p. 4) escreve que “a Educomunicação trabalha com temas transversais, valoriza o conhecimento como um todo, e não apenas informações compartimentadas”.

A escolha do público-alvo infantil foi baseada, entre outros motivos, no fato de que as crianças são extremamente receptivas para o aprendizado, não tendo pré-conceitos ou resistência à incorporação de novos conhecimentos, e se constituem em excelentes agentes disseminadores de idéias, devido ao carisma. A cultura pré-figurativa, já citada aqui, confirma este quadro.

É importante observar também que as atividades de educomunicação têm grande potencial para marcar os alunos e ajudá-los a fixar os conteúdos que aprenderam e descobriram. Soares (2008, s. p.) exemplifica: “Um jovem que produz um programa de rádio, uma revista em quadrinhos ou um vídeo amador, levantando e discutindo os problemas socioambientais de sua região conquista uma capacidade propositiva que reverberará por toda a sua vida”.

O Projeto Jogo Limpo permite esta oportunidade às crianças não só através do estímulo ao registro das atividades em produções de textos e confecção de desenhos, como pela distribuição do caderno de desenho e do livro-gibi “Conte a sua história”. A exibição do vídeo “Espírito de Porco” e o estúdio cinematográfico de baixo custo também visam mostrar que não são precisos equipamentos caros ou técnicas sofisticadas para a produção de audiovisuais.

A INTEGRAÇÃO DO PROJETO JOGO LIMPO AO PROJETO DE EXTENSÃO DA FACED/UFU

Soares (2009), citando Peruzzo, mostra como as organizações não-governamentais tiveram um importante papel no processo da educação não-formal, como é o caso da OPA. Destaca também que, “em decorrência da ação das organizações



sociais, *à margem da Universidade* e do sistema escolar formal, a união estratégica entre os campos da Comunicação e da Educação vem ensejando a emergência de um novo campo de intervenção social” (p. 2, grifo nosso).

Esse distanciamento do meio acadêmico começa a mudar em Uberlândia. A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) apresentou ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, junto ao Ministério de Justiça, em maio de 2009, um projeto de extensão que envolve discentes, docentes, escolas da região e a sociedade, denominado “Educomunicação e meio ambiente: o uso das ferramentas comunicacionais e dos meios de comunicação em ações de Educação Ambiental no Ensino Fundamental e Médio”.⁴ Trata-se de um trabalho dividido em etapas e eixos, uma vez que prevê ações de capacitação junto a professores, seguido de atividades junto aos alunos de escolas previamente selecionadas e outros eventos voltados à comunidade em geral.

A proposta nasceu na Faculdade de Educação (FACED) e envolve os cursos de Pedagogia e Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. A continuidade do Projeto Jogo Limpo, desenvolvido por um dos alunos do curso de Jornalismo, foi sugerida como um dos objetivos da proposta. Pela correspondência das metas de ambos os projetos, a ideia foi prontamente aceita.

Outros objetivos incluem promover um encontro voltado ao consumo sustentável, à educação ambiental e ao direito do meio ambiente, para obtenção de parcerias e divulgação do projeto; capacitar os professores das escolas selecionadas a utilizar o Kit do Projeto Jogo Limpo para trabalhar de maneira educacional; observar a utilização pelos docentes e apropriação pelos alunos das possibilidades tecnológicas disponibilizadas nos projetos analisados; viabilizar um programa televisivo com temática ambiental; e lançar um livro com resultados das ações realizadas.

Apesar de o curso de Comunicação Social da UFU ainda estar em fase de implantação, já existe na FACED um núcleo de extensão cujas propostas contemplam o tema desse projeto. Além da importância de o setor extensionista crescer para qualificar o curso, é preciso lembrar que parte dos alunos costuma apresentar um perfil também voltado para esta área.

Tal situação, somada ao fato de que o curso de Comunicação Social, pela sua tendência a prática, é essencialmente ligado à extensão, justifica a realização das ações e parcerias propostas como forma de atrair esses alunos e prepará-los para uma formação

⁴ A apresentação deste projeto, feita a seguir, foi baseada em Santos (2009).



voltada à área, estimulando a compreensão das ações de educação no campo das Ciências da Comunicação, além de contribuir para que amadureçam e prossigam, no futuro, com atividades relacionadas.

Vale lembrar que os alunos do Jornalismo podem e devem desenvolver a afinidade com a área educacional, o que será indispensável para a sua consolidação como profissionais, uma vez que “a função do jornalista nas sociedades democráticas se assemelharia em alguns pontos com a do educador, responsável por impor uma certa clareza ao caos dos acontecimentos” (NEVEU, 2001, apud PEREIRA, 2009).

É preciso ressaltar ainda que, por se tratar de uma proposta interdisciplinar e relativamente nova para a região, poderá oferecer subsídios para uma análise mais profunda das políticas públicas de educomunicação em questões ambientais, da atuação dos meios de comunicação e da educação em tais projetos e da inter-relação dessas duas áreas do conhecimento. Neste sentido, a proposta foi a forma encontrada pela Universidade e pelos cursos envolvidos para buscar maior contato com a realidade social e política do Triângulo Mineiro.

A implementação desse projeto permitirá, também, a discussão sobre a apropriação das informações disponibilizadas pela mídia e potencializadas pela modernização tecnológica, de maneira a viabilizar o acesso à cidadania sem, no entanto, desconsiderar as necessidades sociais, culturais e principalmente educacionais dos indivíduos.

Com a realização do projeto de extensão, será possível oferecer subsídio a novas experiências e políticas públicas voltadas às questões ambientais. A intenção é, também, conscientizar a população e o governo sobre a importância de utilizar as novas tecnologias e o acesso à informação nas ações de preservação e conscientização, respeitando ao mesmo tempo o contexto sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o projeto de extensão esteja ainda em fase de aprovação nos editais aos quais foi apresentado, sua elaboração já reflete uma vitória em diversos âmbitos. Em primeiro lugar, por reforçar a prática educacional, permitindo seu amadurecimento em Uberlândia e reforçando os estudos desenvolvidos na área, em todo o país, ao longo de mais de uma década.



O enfoque regional permitirá também aos estudantes compreender as questões ecológicas no mundo todo – afinal, o meio ambiente planetário é um só –, mas começar a agir especialmente em sua comunidade, legitimando uma das máximas ambientalistas: “pensar globalmente, agir localmente”.

Em segundo lugar, reafirma o compromisso das universidades federais, e mais especificamente da UFU, em apoiar o desenvolvimento educacional e social da comunidade, através da aproximação com professores, alunos do Ensino Fundamental – potenciais discentes da instituição – e população em geral, oferecendo possibilidades de aprimoramento e difusão do conhecimento, fazendo jus ao lema “UFU, um bem público a serviço do Brasil. Compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade”.

Em terceiro lugar, o aval de um órgão prestigiado e reconhecido ajuda a qualificar e fortalecer o movimento de conscientização para a preservação dos ambientes natural e urbano. As possíveis parcerias a serem formadas com ONGs ajudarão, ainda, a solidificar a imagem desses movimentos e sensibilizar mais pessoas para a causa.

Por fim, vale ressaltar que todo o trabalho a ser desenvolvido surge de extensa pesquisa teórica aliada a experiências realizadas na prática e é fruto de um longo processo histórico, tanto do ponto de vista educacional quanto ambiental. A equipe responsável pela execução do projeto está empenhada e bem-amparada, tendo convicção de que os objetivos serão alcançados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1988.

BRASIL, MEC. **Parâmetros curriculares nacionais**, v. 8, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Curso Conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial**. (s. l.): Universidade Corporativa Caixa, 2008.

CRESPO, Regina Aída. Cultura e Ideologia. In: TOMAZI, Nelson Dacio (coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.



DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

LAURITI, Nádia C. **Comunicação e educação: território de interdiscursividade**. Disponível em <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/saibamais/textos/>>. Acesso em 02 mai. 2009.

MELO, José Marques de. Da comunicação popular à popularização da ciência. In: **Comunicação & Sociedade**. São Paulo: Cortez/CNPq/IMS, jun. 1983, ano V, n. 9, p. 197.

MERGULHÃO, Maria Cornélia; VASAKI, Beatriz Nascimento Gomes. **Educando para a natureza**: sugestões de atividades em educação ambiental. São Paulo: EDUC, 2002.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.html>>. Acesso em 10 fev. 2006.

PERFIL. Disponível em: <<http://www.gabeira.com.br/fernandogabeira/perfil/>>. Acesso em 12 mai. 2009.

RODRIGUES, Gabriela F. **É educomunicação? A descoberta do termo e de elementos educucomunicativos**. Disponível em <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/saibamais/textos/>>. Acesso em 10 nov. 2008.

SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. **Educomunicação e meio ambiente: o uso das ferramentas comunicacionais e dos meios de comunicação em ações de Educação Ambiental no Ensino Fundamental e Médio**. Uberlândia: FACED/UFU, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações, in **Comunicação & Educação**, nº 23, set/dez 2000, p. 12-24.

_____. **Uma educomunicação para a cidadania**. Disponível em <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/saibamais/textos/>>. Acesso em 04 mai. 2009.

_____. Gestão Comunicativa e Educação: Caminhos da Educomunicação, in **Comunicação & Educação**, nº 23, jan/abril 2002, p. 16-25.

_____; ROMANINI, Vinícius. A Educomunicação na luta pelo meio ambiente. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 28 out. 2008.

UZUNIAN, Armênio; BIRNER, Ernesto. **Biologia**. São Paulo: Harbra, 2004.